

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi enviada ao Grupo Parlamentar do PCP informação sobre o anúncio de um processo de recrutamento de médicos dentistas para integrar “projeto piloto de serviços de Medicina Dentária nos Centros de Daúde do SNS”.

De acordo com a informação recebida, trata-se de um anúncio feito pela empresa “MediPeople”, sendo esta “uma empresa de Recusos Humanos” e divulgado numa plataforma eletrónica de ofertas de emprego.

O anúncio refere as funções que o médico dentista irá exercer, bem como o local (Castelo de Paiva), horário de trabalho (40 horas semanais) e o regime de contrato, sendo referido que é em “regime de prestação de serviços (recibos verdes)”.

O PCP há muito que advoga a existência de consultas de saúde oral nos cuidados de saúde primários, bem como o alargamento da experiência piloto a todo o território nacional, mas, não pode deixar de registar e manifestar a sua oposição ao regime de trabalho – recibos verdes – sobre o qual está assente.

O combate à precariedade não é um favor é uma obrigação do Estado, pelo que a uma necessidade permanente deve corresponder um contrato de trabalho efetivo.

Pelo exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, através do Ministério da Saúde, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento que as consultas de saúde oral são asseguradas por prestadores de serviços?
2. Que avaliação faz o Governo do recurso a prestadores de serviço para responder a uma necessidade que é permanente?
3. Que medidas vão ser tomadas pelo Governo para garantir que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo permanente?

Palácio de São Bento, 31 de julho de 2019

Deputado(a)s

CARLA CRUZ(PCP)

JOÃO DIAS(PCP)